

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A DISPUTA NOS RUMOS DA FORMAÇÃO

NATIONAL CURRICULUM GUIDELINES FOR TEACHER TRAINING: DISPUTE IN TRAINING PATHS

PAUTAS NACIONALES DEL CURRÍCULO PARA LA FORMACIÓN DE PROFESORES: DISPUTAS EN LOS CAMINOS DE FORMACIÓN

Celi Nelza Zulke Taffarel¹

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi apresentar, após análise de dados empíricos sobre os cursos de formação de professores em geral, a problemática e os desafios colocados para a Educação em geral no atual momento histórico. A metodologia do trabalho considerou análise da conjuntura, os documentos legais, os dados sobre os cursos e posições de entidades a respeito da formação de professores. Conclui-se apresentando: a possibilidade de essência para a formação de professores segundo a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope) e a possibilidade de essência apresentada por Grupos de Pesquisa e defendida por entidades, para formação de professores, que rompa com a subsunção ao projeto histórico capitalista que prevê a negação do conhecimento teórico, o relativismo científico e o avanço da barbárie.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares. Formação de professores. Princípios ANFOPE.

Abstract: The objective of this research was to present, after analyzing empirical data on teacher training courses in general, the problems and challenges posed to Education in general in the current historical moment. The methodology of the work considered analysis of the conjuncture, the legal documents, the data on the courses and positions of entities regarding the formation of teachers. It concludes by presenting: the possibility of essence for teacher training according to the National Association for the Training of Education Professionals (Anfope) and the possibility of essence presented by Research Groups and defended by entities, for teacher training, which breaks with the subsumption to the capitalist historical project that provides for the denial of theoretical knowledge, scientific relativism and the advance of barbarism.

Keywords: Curricular Guidelines. Teacher training. ANFOPE Principles

Resumen: El objetivo de esta investigación fue presentar, luego de analizar datos empíricos sobre los cursos de formación docente en general, los problemas y desafíos planteados a la Educación en general en el momento histórico actual. La metodología del trabajo consideró el análisis de la coyuntura, los documentos legales, los datos sobre los cursos y posiciones de las entidades respecto a la formación de docentes. Se concluye presentando: la posibilidad de esencia para la formación docente según la Asociación Nacional para la Formación de Profesionales de la Educación (Anfope) y la posibilidad de esencia presentada por Grupos de Investigación y defendida por entidades, para la formación docente, que rompe con la subsunción al proyecto histórico capitalista que prevé la negación del conocimiento teórico, el relativismo científico y el avance de la barbarie.

Palabras clave: Lineamientos curriculares. Formación de profesores. Principios ANFOPE

¹ Professora Dra. Titular FACED/UFBA. Produtividade Pesquisa CNPq. Coordenadora ANFOPE REGIONAL NORDESTE. E-mail: celi.taffarel@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A *Revista Fluminense de Educação Física* do Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense (UFF) nasce em meio a uma crise do capitalismo, que está destruindo forças produtivas, e em meio a uma pandemia provocada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), COVID-19. Esse vírus trouxe ainda mais desafios para a humanidade, porque encontrou um sistema de produção da vida em franca degeneração, decomposição e destruição, o sistema capitalista. Um dos grandes desafios foi/é salvar vidas, mantê-las e enfrentar questões específicas, particulares, nos sistemas de políticas públicas para a economia, saúde, cultura, meio ambiente, educação, ciência e tecnologia¹.

As elucidações da profunda crise, que não é superestrutural nem passageira, mas estrutural e permanente (MONTORO, 2014), podem ser identificadas no âmbito da **economia**. Os indicadores do crescimento mundial negativo do Produto Interno Bruto (PIB) são evidentes no Brasil. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no Boletim de Conjuntura, de Julho/Agosto de 2020, a queda do PIB é de 8,5%, com aumento de desempregados em 4,4 milhões, o que eleva para cerca de 17 milhões o número de trabalhadores desempregados e o número de subocupados, com perda expressiva de renda.

A continuidade da aplicação dos ajustes estruturais fundomonetaristas, ineficientes, ineficazes para a classe trabalhadora e suas necessidades, altamente destrutivos de direitos e conquistas estão evidentes em, pelo menos, cinco medidas econômicas:

(1) Emenda Constitucional (EC) 95/2016², “Teto dos Gastos”, que estabelece novo regime fiscal e restringe gastos públicos por 20 anos, valendo até 2036, atingindo investimentos na saúde e educação; (2) na terceirização sem limites (Lei N.º 13.429, 2017), nas contrarreformas Trabalhista (LEI N.º 13.429, 2017) e da Previdência (EC N.º 103, 2019); (3) na contrarreforma Administrativa³, em que o governo, em lugar de valorizar a melhoria da gestão dos serviços públicos, propõe diversas reformas com o nítido propósito de esvaziar o serviço público, como são os casos das Propostas de Emenda à Constituição – PEC n.º 186 e n.º 188, além da MP 922/2020. Essas medidas estão divididas em, pelo menos, três Projetos de Emenda Constitucional: PEC emergencial, que visa medidas permanentes de controle do crescimento das despesas; PEC do Pacto Federativo, a qual objetiva criar medidas de ajustes fiscais; PEC dos

Fundos Públicos, que visa à revisão e extinção de fundos públicos bem como medidas para privatizar 17 empresas estatais; (4) no “Plano Brasil Mais”,⁴ do governo de Jair Bolsonaro, encaminhado por Paulo Guedes, em 05 de novembro de 2019, para ser aprovado pelo parlamento brasileiro, que prevê Projetos de Lei para desvincular, desobrigar, desindexar, desestatizar/privatizar o orçamento e as empresas estatais. O plano pretende alterar as funções sociais do Estado Brasileiro, com redução de gastos obrigatórios, objetiva alterar também regras do pacto federativo e revisar fundos públicos. Essas medidas trarão consequências nefastas e destrutivas no âmbito da Educação Física, seja como formação de professores, como conteúdo do Ensino Fundamental e Médio, seja como Política Pública de desenvolvimento científico e tecnológico, educacional, de lazer e do esporte competitivo de alto rendimento; e (5) o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda diante dos impactos da COVID-19⁵, denominado por Rodrigo Maia como a “Economia de Guerra”, que previa suspensão de contratos trabalhistas, renda emergencial e redução das horas de trabalho, com redução de salários.

Com essas medidas econômicas que visam desvinculação, desobrigação, desindexação e desestatização, impactam-se os serviços públicos, bem como a garantia de direitos e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, já incluídos precariamente na Constituição Federal de 1988.

A crise capitalista gera efeitos evidentes nas consequências **sociais** do desmonte da República e retirada dos direitos, pela via das medidas encaminhadas pelo Executivo, aprovadas no Legislativo, com o respaldo do Judiciário. Medidas perversas porque penalizam a classe trabalhadora, mas são amplamente aprovadas por setores como a mídia privada, que tem concessões estatais, pelos latifundiários e pelos empresários capitalistas, o setor rentista parasitário da economia. Com essas medidas, crescem os índices de desemprego e de violência, principalmente com os mais pobres, o povo negro, os indígenas, os quilombolas, Fundo e Fecho de Pasto, povos tradicionais, de terreiros, das águas, das florestas, os Sem-teto, os Sem-terra, os atingidos por grandes obras, as mulheres, os LGBTQI+⁶. As evidências também estão nas consequências da perda de direitos com leis trabalhistas da seguridade social, da assistência, previdência e saúde.

O colapso do Sistema Único de Saúde, pela falta de investimentos públicos e de uma política nacional coordenada para salvar vidas, também ficou evidente durante a pandemia de 2020. O propósito da elite no poder é reduzir os gastos com políticas

públicas, em especial, saúde, educação, saneamento e beneficiar o setor rentista da economia. A finalidade é tirar dos pobres para “compensar” os pobres, proporcionando uma renda mínima em dinheiro para que decidam o que fazer. Uma espécie de “vale”, um “*voucher*” para a classe trabalhadora empobrecida “comprar” do setor privado educação, saúde, assistência, previdência.

Evidências da crise podem ser identificadas, também, nas questões **ambientais**, na destruição das florestas, na mineração devastadora, na privatização das águas, no negacionismo das problemáticas climáticas. Os ataques às florestas na Amazônia trarão consequências mundiais irreversíveis ao planeta, com alterações climáticas que poderão inviabilizar a vida humana. O Objetivo é único: riquezas minerais a custo da devastação. Ademais, povos indígenas serão dizimados e a biodiversidade destruída.

A crise está sendo evidente, também, nas questões **políticas**, com avanços da direita e extrema direita, na atuação das milícias, do narcotráfico, do “gabinete do ódio”, na propagação das *Fake News* e na atuação dos *Think Tanks*. Além disso, evidencia-se na destruição da Constituição Cidadã de 1988, na quebra do equilíbrio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas relações com a sociedade civil, por meio da ameaçadora presença das forças armadas, na coerção, enquanto política de Estado, evidente nos, aproximadamente, oito mil militares no Governo, predominantemente do Exército, compactuando com os avanços da extrema direita genocida, avanços da necropolítica (MBEMBE, 2018) e com a política externa subalterna aos Estados Unidos da América do Norte (BANDEIRA, 2004).

As medidas devastadoras, próprias do ultra neoliberalismo, que impõe um Estado (MASCARO, 2013) o qual, em sua forma jurídica, pode ser designado de “Estado de Exceção” (VALIM, 2017), têm consequências, também, nas questões **culturais**. Constatamos o rebaixamento teórico, o negacionismo da ciência, o obscurantismo, a destruição das culturas dos Povos Tradicionais, Povos Indígenas, de Terreiro, das Florestas, Das Águas, Dos Campos, dos Quilombolas, Fundo e Fecho de Pasto, com a imposição de valores de uma cultura meritocrática, paternalista, militarista, oligárquica, machista, impregnada de preconceitos e fobias (homofobia, xenofobia, gerontofobia entre outras), que agora busca instituir um *ethos*⁷ **geocultural**, em conformidade com o *ethos geopolítico* do ultra neoliberalismo, do imperialismo, face superior do capitalismo, em todo o planeta. Uma cultura da exploração, da opressão humana e destruição da natureza, na qual prevalecem as ideias da classe dominante, a ética e a moral próprias dos burgueses capitalistas, exploradora, opressora, da lógica

privatista, mercantilista, empresarial, parasitária, militarista, disciplinadora, subserviente, entreguista, obscurantista, negacionista, acientífica, a-histórica e acrítica.

São as contradições entre a vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção que determinarão os rumos assumidos pela luta de classes no próximo período.

Segundo Marx, “A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura [...]” (2007, p. 25). Ainda segundo Marx, ao considerarmos tais alterações, temos que distinguir entre as alterações materiais, as condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, ou seja, as formas ideológicas pelas quais os seres humanos tomam consciência disso tudo e levam essa consciência às últimas consequências. Portanto, não se pode mudar uma ideologia da burguesia com outra ideologia identitária. É necessário mudar as condições materiais concretas da existência humana.

O que constatamos é que novas formas de relações de existência humana se fazem necessárias, são vitais, ou entraremos em um processo cada vez mais profundo de barbárie, de retrocesso civilizatório, que colocará em jogo a própria existência humana no planeta. Os imperialistas, em especial os Estados Unidos da América do Norte, têm um poder armamentista para destruir cem vezes o planeta Terra, mas não têm condições de deter um vírus, e hoje o país está em primeiro lugar entre as nações, no que diz respeito à morte de pessoas pela COVID-19.

Segundo Montoro (2014, p. 369-542), em seu livro *Capitalismo e Economia Mundial*, vivemos um período histórico em que existem “crises, ajustes e crises”, para a volta à “normalidade do imperialismo”. E a “normalidade” é um sistema dominado pelo capital em decadência, impondo a todas as nações e suas populações, principalmente à classe trabalhadora, um brutal sofrimento, fruto de crises financeiras, guerras e ataques às forças produtivas, ao trabalhador, ao trabalho, ao conhecimento e à natureza. Ataques que aprofundam a barbárie já instalada, em maior ou menor grau, em nosso planeta. Os resultados são nefastos, a saber: destruição das forças produtivas.

O capitalismo, em sua atual fase imperialista (LENIN, 2007) apresenta resultados visíveis, medíveis, comparáveis que são: a **destruição econômica, a regressão social e a destruição da democracia**. A caracterização da situação atual é inequívoca, segundo Montoro (2014, p. 369) “[...] se trata de uma grande crise, não apenas muito mais profunda que a dos anos setenta, mas também comparável às mais graves da história [...]”. Crise histórica que tem determinações da economia política, da

geopolítica mundial, que é uma das características do imperialismo, a partilha do mundo entre as associações capitalistas (LENIN, 2007, p. 79). Vem da concentração da produção com base na exploração do trabalho humano, dos monopólios, da financeirização, das oligarquias financeiras e da exportação de capitais.

Para estruturar e manter um sistema com essa lógica, ergue-se toda uma superestrutura dentro das quais estão as famílias, a igreja, a escola, as associações, as organizações, as empresas, os partidos, os sindicatos e, inclusive, os cursos de formação de professores de Educação Física.

O que reivindicamos para a formação de professores em geral e para a formação de professores de Educação Física? Frente a essa realidade e considerando a gravíssima situação sanitária de descontrole da Pandemia do coronavírus, causa da doença COVID-19, em decorrência da necropolítica aplicada pelo Governo Bolsonaro, interrogamo-nos sobre a concepção, os fundamentos da formação de professores em geral e, em especial, dos professores formados em cursos de Educação Física.

Apresentamos dados sobre essa formação como mais uma contribuição que se soma aos esforços empreendidos pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora (GRAMSCI, 1978) para enfrentar a realidade concreta, identificando os pontos de apoio que nos permitirão superar este período pré-histórico de relações sociais possíveis à humanidade. Aliamo-nos aos que estão concretamente inseridos nas lutas de classe da classe trabalhadora, em defesa do projeto de emancipação humana, ou seja, projeto de superação do modo de produção de vida capitalista, em que se situa um projeto de formação de professores em geral e, em especial, de Educação Física, que se contrapõe ao conformismo e a adaptação à lógica do capital.

A análise até aqui desenvolvida nos permite reconhecer que existe, concretamente, uma realidade de crise, em que as instabilidades e contradições capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para manter a hegemonia em que consiste o capitalismo. As crises, segundo David Harvey (2016, p. 09-13), abalam de maneira drástica o modo de pensar e entender das instituições e das ideologias dominantes, bem como nossa concepção de mundo e do lugar que ocupamos nele. Ainda segundo Harvey (2016, p. 10), por coerção ou consentimento, acabamos adaptando-nos às respostas capitalistas, às contradições “fundamentais”, “mutáveis” e “perigosas” do capitalismo que sinalizam o seu fim.

Neste lastro do tempo histórico, com evidentes indícios de que as forças produtivas não só “deixaram de crescer” (TROTSKY, 2018, p. 91), mas estão sendo

destruídas (MONTORO, 2014, p. 515), ou seja, o trabalho humano, a natureza, as técnicas, o conhecimento científico, o trabalhador/trabalhadora estão sendo destruídos, é que se coloca a discussão sobre a transição (TROTSKY, 2018), do projeto histórico capitalista para o socialismo (ENGELS, 1981) e sobre diretrizes para a formação de professores, em especial, professores de Educação Física, a ser aprofundada em próximo texto.

2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: tendências empresariais e desintelectualização

Os dados sobre o Censo dos Profissionais da Educação Básica, ainda disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dizem-nos que existiam, em 2004⁸, cerca de 2,2 milhões de professores com a “[...] missão de educar mais de 57,7 milhões de brasileiros, matriculados desde a creche até o ensino superior [...]” (INEP, 2004, p. 05). Em 2020, não temos os dados oficiais disponíveis, em decorrência de duas razões: uma, de ordem política, que decorre da tática de governo de Jair Bolsonaro de não priorizar a ciência e, portanto, os institutos de investigação e de pesquisa; e outra de ordem sanitária, em decorrência da pandemia da COVID-19.

O Censo Escolar da Educação Básica⁹ demonstrou que, no ano de 2019, foram registradas 47,9 milhões de matrículas nas 180,6 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 582 mil matrículas a menos em comparação a 2018, o que corresponde a uma redução de 1,2%. Quanto à função docente, foram registrados 2,2 milhões de docentes na educação básica, a maior parte, 1.383.833, equivalente 62,6%, atua no ensino fundamental.

O Censo Escolar da Educação Superior do ano de 2018, publicado em 2019, demonstrou que existem 2.537 Instituições de Ensino Superior, das quais 81,5% são Faculdades, com 37.962 cursos de graduação e 45 cursos sequenciais, e que o grau acadêmico predominante dos cursos de graduação é o bacharelado (59,9%). O número de matrículas na Educação Superior é de 8,45 milhões de estudantes em 2018. O número de professores do ensino superior, em 2018, era de 384.474 docentes, sendo 173.868 em exercício na Rede Pública e 210.606 na Rede Privada.

Esses dados nos permitem reconhecer que, neste momento histórico no Brasil, em meio a uma pandemia, existem, aproximadamente, 56,35 milhões de estudantes em

183,1 mil instituições de ensino, com 2,6 milhões de docentes que estão com suas atividades suspensas e que buscam, a partir de referências teóricas, saídas alternativas para enfrentar o que está colocado na realidade atual, a qual descrevemos acima.

Em se tratando dos professores, perguntamo-nos onde são formados, em que instituições de ensino obtiveram seus diplomas? Alguns dados nos permitem identificar tendências e, assim, refletir sobre o que fazer, em especial as instituições públicas que formam professores.

Sinteticamente, analisando os números existentes no INEP, sobre cursos de Formação de professores no Brasil em 2020, concluímos que existem 20.382 cursos; destes, temos, no setor público, um total de 4.501, sendo 3.936 na modalidade presencial e 565 em Educação a Distância (EaD). O setor privado é responsável por 15.881 cursos, dos quais 4.200 são presenciais e 11.681 são via EaD.

Segundo os dados levantados por região, tem-se que a região Nordeste é a que apresenta o maior número de cursos de formação de professores. São, no total, 5.898 cursos e, destes, 4.253 são oferecidos pela iniciativa privada, dos quais 3.588 são cursos via Educação a Distância. A Região Sudeste detém um total de 5.721 cursos, dos quais 4.799 estão na iniciativa privada, sendo 2.545 via Educação a Distância e 2.254 presenciais. A Região Norte ocupa o terceiro lugar, com 3.110 cursos, sendo que, destes, 2.266 estão na iniciativa privada, dos quais 2.057 são via Educação a Distância. A Região Sul ocupa o quarto lugar em número de cursos, em um total de 2.982; desse número, 2.378 cursos estão na iniciativa privada, sendo 1.664 pela via da Educação a Distância. A Região Centro-oeste ocupa o quinto lugar, com um total de 2.671 cursos, sendo que, destes, 2.195 estão na iniciativa privada, dos quais 1.827 são pela via da Educação a Distância. Assim, esses dados demonstram e confirmam a tendência no Brasil de formação de professores por cursos na iniciativa privada, via Educação a Distância.

A respeito das políticas de formação de professores a distância no Brasil, Malanchen (2015), após analisar criticamente o debate sobre EaD, que considerou o deslumbramento de um novo modelo de formação, a perspectiva social, as faces ocultas da EaD, as tramas do discurso e o determinismo tecnológico, apresenta-nos o papel articulador, disseminador de um novo ideário nas Políticas e Estratégias para a formação docente a distância, engendrada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial. Com isso consolida-se no Brasil, por meio de cooperações intelectuais e apoio técnico, um novo paradigma da

Educação. Malanchen (2015) questiona essas políticas e estratégias, interrogando sobre cooperação ou dominação intelectual e, ao analisar a regulamentação da EaD e o novo modelo de formação docente, detecta que duas ações são enfatizadas: uma que torna imprescindível o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e outra que indica a parceria entre público-privado, sendo incentivada pelas orientações de organismos internacionais e, com isso, estimulando a formação de professores fora das universidades, preferencialmente em serviço, para reduzir tempo e custos. Consolidam-se os interesses da classe dominante que em meio a pandemia (LAMOSA, 2020)

As conclusões a que chegamos, hoje, em 2020, analisando os números e identificando tendências na formação de professores, não diferem, em termos gerais, do que Malanchen (2015) concluiu a respeito da educação sob a hegemonia neoliberal. Sob a hegemonia ultra neoliberal, afirmamos nós, em 2020, o papel do Estado foi e está sendo redefinido, na atualidade, com o desmonte acelerado dos serviços públicos, em prol da iniciativa privada. O valor da educação, hoje, também está conformado pela lógica do mercado, visando adequar a escola e seus profissionais aos interesses hegemônicos de manutenção das condições de acumulação do capital na sua forma atual.

Os oligopólios foram consolidando-se no Brasil às custas de recursos públicos advindos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O ensino a distância, em meio à pandemia, tem sido altamente lucrativo para as empresas privadas. Para grandes empresas, é vantajoso gastar menos com a folha de pagamento de pessoal, diminuem-se custos com instalações e equipamentos, que passam a ser de responsabilidade de professores e estudantes. A Anhanguera Educacional Ltda, do Grupo Cogna, por exemplo, chega a ter uma relação professor aluno de 1.737 estudantes para cada professor¹⁰.

3. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O desafio das Universidades e Faculdades públicas é não permitir que os oligopólios privados¹¹, empresariais, capitalistas, imperialistas, determinem forma e conteúdo na formação de professores no Brasil e destruam completamente a educação pública. E isso significa desenvolver uma forte linha de resistência ativa¹², de crítica, de apresentação de alternativas e de trabalho coletivo solidários, segundo a perspectiva da emancipação da classe trabalhadora. Os gigantescos oligopólios educacionais estão

competindo com as instituições públicas na busca de recursos. Os aparelhos privados estão disputando os interesses da sociedade brasileira, colocando como se os interesses privados fossem os exclusivos interesses gerais de toda a sociedade.

A Educação, mesmo em meio à pandemia da COVID-19, continua sendo adequada aos imperativos economicistas que orientam as políticas públicas. Malanchen, já em 2015, questionava e sinalizava para o conceito de democracia em que eram pautadas as políticas de EaD, que apregoavam a igualdade política e jurídica, mas não garantiam a igualdade material. Os dados demonstram isso, pois, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), 62% dos estudantes não têm acesso à base material que garante a própria existência de condições para a EaD.

Em 2020, constatamos a expansão em grande escala da formação docente a distância, que promove, segundo Shiroma (2003), a desintelectualização, ancorando a formação na epistemologia da prática e na individualidade, não permitindo uma consistente base teórica, sólida e coletiva.

Esta devastadora e crescente tendência de aumento dos cursos de formação de professores na iniciativa privada e pela modalidade de Educação a Distância, sob os auspícios dos oligopólios, tem o respaldo de Diretrizes que regem esses Cursos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo Ministro da Educação¹³. Podemos constatar que, ao longo da história, sempre ocorreram negociações que viabilizaram a incorporação de avanços nas Diretrizes, processo que não está acontecendo desde o Golpe de 2016 e, principalmente, sob o governo ultra neoliberal de Jair Bolsonaro.

Estamos em 2020 e podemos constatar, pela forma como estão ocorrendo as audiências públicas e os processos de aprovação de “novas” Diretrizes para a formação de professores, a ocorrência de um total menosprezo pelas propostas das entidades no campo da Educação por parte do CNE. Provavelmente, a própria pedagogia entrará novamente em pauta e veremos o que é uma péssima hipótese: as diretrizes serão reformuladas, o curso dividido em bacharel e licenciando, e teremos a criação de um conselho profissional que vai regular o exercício da profissão, enquanto a valorização do magistério está sendo violentamente atacada. Esse processo de divisão na formação e criação de conselho profissional já ocorreu com a Educação Física.

A devastação provocada por medidas adotadas na área da Educação no Brasil, a partir do Golpe de 2016 (JINKINGS, ET.AL. 2016), que destituiu uma presidenta

legitimamente eleita, pode ser observada nas medidas até agora adotadas contra o Sistema Federal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, contra a Educação Pública e contra os Serviços Públicos¹⁴.

Vamos destacar o que diz respeito à revogação arbitrária da Diretriz Curricular sobre formação inicial e continuada de professores para a educação Básica, a Resolução 02/2015, que vinha orientando a reestruturação de currículos para a formação inicial e continuada de professores. Com as alterações ocorridas na composição do CNE e no Fórum Nacional de Educação (FNE), alterou-se a lei, e tem-se a aprovação, em 2019, da resolução 02/2019, que trata da formação Inicial de professores e institui a Base Nacional Comum Curricular (BNC) para a Formação de Professores.

As principais críticas das Diretrizes aprovadas e homologadas são as seguintes: (a) Os fundamentos da formação de professores estão atrelados à Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que, por sua vez, responde a “competências e habilidades” para adaptação ao mundo do trabalho que, como vimos acima, é o mundo do trabalho alienador e conformador ao novo *ethos* geopolítico e *ethos* geocultural imperialista; (b) o esvaziamento teórico de conhecimentos clássicos da área das teorias pedagógicas críticas; (c) a divisão entre formação inicial e continuada; e (d) a desconsideração do que determina a valorização do magistério – além da sólida formação teórica, as condições de trabalho a formação continuada, salários, carreira, gestão democrática, financiamento da educação, organização dos trabalhadores da educação, entre outros.

O Projeto de Formação Inicial e Continuada de Formação de professores, que vem sendo defendido historicamente pelas entidades da Educação e pela teoria pedagógica crítica, sobre formação de professores, sinaliza a consideração do projeto histórico-superador do capitalismo como referência na formação (FREITAS, 2018), as diretrizes curriculares que superem as políticas que se perfilam com o *ethos* neoliberal e ultra neoliberal (MALANCHEN, 2016), os fundamentos da teoria pedagógica Histórico-Crítica (MARTINS; DUARTE, 2010) para a formação de professores e os princípios do Projeto de Formação de Professores da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE, 2018), dos quais destacamos: 1º) a formação inicial, sempre presencial e em nível superior, e a continuada devem ser examinadas de forma contextualizada na sociedade brasileira; 2º) a transformação do sistema educacional exige e pressupõe sua articulação com a mudança estrutural e conjuntural, visando à construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária; 3º) a gestão democrática da educação integrante da democratização da sociedade brasileira;

4º) a autonomia universitária; 5º) a reformulação dos cursos de formação de professores como processo constante e contínuo, desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos e das demandas socioculturais; 6º) a defesa da Universidade e suas Faculdades de Educação como *locus* prioritário para a formação dos profissionais da educação que atuam na educação básica; 7º) a superação do caráter fragmentário e dicotômico da formação do pedagogo e dos demais licenciados, que se materializa na organização curricular, reafirmando a docência como a base da identidade de todos os profissionais da educação; 8º) a extinção gradativa da formação de professores em nível médio; 9º) os princípios da **Base Comum Nacional** : *sólida formação teórica e interdisciplinar* sobre o fenômeno educacional, seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos da educação básica, de modo a criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional; *unidade teoria-prática* atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados, de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional; *trabalho coletivo e interdisciplinar* como eixo norteador do trabalho docente; *compromisso social do profissional da educação*, com ênfase na concepção sócio-histórica de leitura do real e nas lutas articuladas com os movimentos sociais; *gestão democrática* entendida como superação do conhecimento de administração enquanto técnica e compreendida como manifestação do significado social das relações de poder reproduzidas no cotidiano escolar; *incorporação da concepção de formação continuada*, visando ao aprimoramento do desempenho profissional aliado ao atendimento das demandas coletivas da escola; *avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação*, como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso/instituição.

4. REAFIRMANDO PRINCÍPIOS

Com essa concepção e fundamentos, demarca-se o campo defendido há mais de 40 anos pelas entidades educacionais, entre as quais a Anfope, reafirmando princípios orientadores da Base Comum Nacional na formação dos profissionais da educação e explicitando fundamentos sócio-históricos da educação, importantes para defender uma perspectiva de formação de professores orgânica e consistente, que contribua no enfrentamento de projetos de formação antagônicos. Demarcamos, assim

como já o fez a Anfope, em especial, a professora Dra. Helena Freitas¹⁵, em seu Blog, as concepções das propostas construídas coletivamente para enfrentarmos as proposições negacionistas e divisionistas atuais do período pós-golpe de 2016.

Esses são nossos instrumentos de resistência aos processos de desqualificação da profissão, à degradação das condições de trabalho, de salário, da carreira do magistério e demais profissionais da educação. Com essa base, dá-se o confronto de projetos na formação de professores no Brasil. A correlação de forças e o envolvimento dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora são decisivos, em tempos de Estado de Exceção, de pandemia, de autoritarismo e de aplicação de uma política econômica ultra neoliberal. Os cursos de formação de profissionais de Educação Física não estão eximidos, apartados, isolados, deste contexto e destes embates. Mas esse assunto será motivo de um próximo texto para a Revista da Universidade Federal Fluminense que ora está sendo lançada. Aprofundaremos o assunto da formação nos cursos de Educação Física a partir da hipótese de que, além do empresariamento, da privatização, da Educação a Distância, os cursos sofrem as seguintes pressões na disputa de projetos de formação: São elas: 1. Pensamento médico, ainda higienista e eugenista, racista, agora com uma linguagem científica sofisticada; 2. A influência militarista da disciplina de corpos e mentes e de militarização das escolas¹⁶; 3. A ênfase desportiva, competitiva, de rendimento, meritocrática; 4. O empresariamento¹⁷ e a Educação Física como negócio lucrativo, pela via da “uberização” do trabalho do professor por meio de plataformas de serviços controladas por monopólios internacionais; 5. O divisionismo imposto pela regulamentação da profissão via CREF/CONFEF, que divide campos de trabalho; 6. Política curricular com base teórica no construtivismo, no “aprender a aprender”, nas competências e habilidades via BNCC (Resolução N.º 4, de 17 de dezembro de 2018 - Resolução da BNCC) e Reforma Ensino Médio, Lei N.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; 7. O Relativismo Pós-moderno. 8. As estas forças somam-se forças da extrema direita, fascistas, alicerçando o processo de acumulação capitalista cuja medula é o capital financeiro, a indústria militar bélica, e o narcotráfico (MEJIA, 2019; 2020). Essas oito forças podem ser localizadas dentro da academia, das entidades científicas, em todos os campos de trabalho e, principalmente, na forma como a extrema direita está conduzindo as políticas públicas no Brasil.

O embate prosseguirá e estará expresso nas páginas desta revista, que bravamente nasce no ano pandêmico de 2020. Prosseguirá em correlações de forças nem sempre favoráveis à humanização. Prosseguirá enfrentando poderes internos e

externos nas instituições. Prosseguirá expressando o confronto de projetos históricos, de projetos de escolarização, do projeto de formação de professores de Educação Física (TAFFAREL; ALBUQUERQUE, 2020).

Assim como a Revista Fluminense de Educação Física do Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense (UFF) prosseguirá com números subsequentes, assim também este texto inconcluso seguirá com novas elaborações, buscando aderência ao real concreto, para que, ao formular explicações, suscite em todos e todas proposições superadoras, na perspectiva da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ANFOPE - BIBLIOTECA. *Políticas de formação do Magistério: ANFOPE em Movimento*. Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2018.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *As Relações perigosas: Brasil-Estados Unidos*. São Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FERNANDES Florestan (Coordenador); PAULO NETTO, José. *FRIEDERICH ENGELS: Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- FREITAS; H. Formação de professores. Disponível blog: https://formacaoprofessordotcom.files.wordpress.com/2020/05/parecer_fcd_cne_maio_2020.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.
- FREITAS; L. C. *A reforma Empresarial da Educação: nova Direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, D. *17 Contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- INEP/MEC. Censo Educacional 2019. In: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- JINKINGS, Ivania; et.al. (Org.). *Por que gritamos Golpe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LAMOSA, Rodrigo (Org.). *Classe dominante e Educação em tempos de Pandemia: Uma tragédia anunciada*. Parnaíba: Editora Terra Sem Amos, 2020.
- LENIN, V. I. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Nova Palavra, 2007.
- MALANCHEN, J. *Cultura, conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico crítica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.

MALANCHEN, J. *Política de formação de professores a distância no Brasil: uma análise crítica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2015.

MASCARO, Alyson. *Estado e forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, L. M.; DUARTE, M. (Org). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE; Achille. *Necropolítica*. 6º Reimpressão. M-1 Edições. São Paulo: Junho, 2020.

MEJIA; Eloi Altuve. Papel del deporte em la irrupción Fascista em Brasil 2018: Como el deporte fue convertido em elemento importante de la campaña de Bolsonaro? De que forma el Mundial de Fútbol y Juegos Olímpicos contribuyeron con la destitución de Dilma Rouseff, el punto de quiebre de la democracia? *ATHLOS: Revista Internacional de Ciencias Sociales de la Actividad Física, el juego y el Deporte*. Vol XVI – Año VIII, Enero, 2019.

MEJIA, Eloi Altuve. *Desporto, Sociologia, Ideologia, Política, Poder y Globalización*. Lima/Peru. Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos “Dr. Gastón Parra Luzardo”, de la Universidad del Zulia, de Maracaibo-Venezuela, y la Asociación Panamericana de Juegos y Deportes Autóctonos y Tradicionales (APJDAT). 2020

MONTORO, X. A. *Capitalismo y Economía Mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.

SHIROMA, E. O. Política de profissionalização: aprimoramento ou desintelectualização do professor? *Intermeio*, Campo Grande, UFSM, v. 9, n. 17, p. 64-83. 2003.

TAFFAREL, C.; ALBUQUERQUE, J. Projeto Histórico e Projeto de Escolarização: Contribuições das teorias histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e abordagem crítico-superadora do ensino da educação Física. *POIÉSIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina*. v. 14, n. 25, p 52-70, jan./jul., 2020.

TROTSKY, L. *Como esmagar o fascismo*. São Paulo. Autonomia Literária, 2018.

TROTSKY, L. *O Programa da Transição*. In: MARX, ENGELS, LÊNIN, TROTSKY. *O Programa da Revolução*. Brasília: Nova Palavra, 2008.

VALIM, R. *Estado de exceção: a forma jurídica do Neoliberalismo*. São Paulo, Contracorrente, 2017.

¹ Ver a respeito da COVID-19: o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, criado pelo Consórcio do Nordeste, que reúne os governos dos nove estados nordestinos para o enfrentamento da crise por que passam esses Estados, o Brasil, a América Latina, a humanidade, o mundo todo. Disponível em: <https://www.comitecientifico-ne.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020

² Ver a respeito da EC 95/2016: Cynara Monteiro Mariano, Revista de Investigações Constitucionais. “Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre”. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2359-56392017000100259&script=sci_arttext. Acesso em: 20 ago. 2020.

³ Ver a respeito os CADERNOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA: FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado. Disponível em: <https://fonacate.org.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

⁴ Ver mais: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/05/paulo-guedes-plano-mais-brasil-pretende-transformar-o-estado-brasileiro>.

⁵ Ver Nota Técnica n.º 232 de 3 de abril de 2020, do DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec232ProgramaEmergencialGoverno.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

⁶ L: lésbica; G: gays; B: bissexuais; T: transexuais, travestis e transgêneros; Q: questionando ou *queer*; I: intersexuais, +: todas as demais designações.

⁷ *ETHOS* palavra de origem grega relacionada à moral e aos costumes.

⁸ Ver mais em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Estat%C3%ADsticas+dos+professores+no+Brasil/2cfab3f2-3221-4494-9f7e-63ae08c154e1?version=1.1>.

⁹ O Censo da Educação Básica Notas Estatísticas: pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008”.

¹⁰ Ver mais a respeito em: https://universidadeaesquerda.com.br/kroton-cortara-75-dos-cursos-presenciais-ead-e-mais-lucrativo/?preview=true&thumbnail_id=10777. Acesso em: 27 ago. 2020.

¹¹ Sobre Resistência Ativa, recomendamos as seguintes obras: SAVIANI; Demerval. *A Nova Lei da Educação. LDB Trajetória Limites e perspectiva*. Campinas/SP: Autores Associados, 1997; FRIGOTTO, Gaudêncio. “*Escola sem Partido*” *Esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro. UERJ, LPP, 2017; FREITAS, Luiz Carlos. *A Reforma Empresarial da educação. Nova direita, Velhas Ideias*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

¹² O Censo da Educação Básica Notas Estatísticas está baseado na pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

¹³ Foram quatro os ministros indicados para o ME: Ricardo Velez Rodrigues, Abraham Weintraub, Carlos Decotelli e o quarto, Milton Ribeiro.

¹⁴ Ver mais a respeito das medidas adotadas em tempos de pandemia em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/confira-o-caderno-de-textos-e-a-proposta-de-cronograma-do-8o-conad-extraordinario1>.

¹⁵ Ver mais em: https://formacaoprofessordotcom.files.wordpress.com/2020/05/parecer_fcd_cne_maio_2020.pdf.

¹⁶ A respeito da militarização das escolas, ver: <https://ubes.org.br/2019/10-problemas-graves-no-projeto-de-bolsonaro-para-militarizar-escolas/>. Ver também: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/5-pontos-que-colocam-em-xeque-a-militarizacao-das-escolas/> e ainda <https://revistaeducacao.com.br/2019/04/29/militarizacao-das-escolas/>.

¹⁷ A respeito do empresariamento da Educação, consultar: <http://www.colemarx.com.br/teams/empresariamento-da-educacao/>